

DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 153

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 22 DE OUTUBRO DE 2001

ANO XXVII

Mesa Diretora

HERMAS BRANDÃO

Presidente - PTB

ELIO RUSCH

1º Vice-Presidente - PFL

IRINEU COLOMBO

2º Vice-Presidente - PT

AUGUSTINHO ZUCCHI

3º Vice-Presidente - PSDB

VALDIR ROSSONI

1º Secretário - PTB

ANTONIO ANIBELLI

2º Secretário - PMDB

CESAR SELEME

3º Secretário - PPB

EDNO GUIMARÃES

4º Secretário - PSL

NELSON GARCIA

5º Secretário - PFL

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

<i>Líder do Governo</i>	<i>Durval Amaral</i>
<i>Líder da Oposição</i>	<i>Waldyr Pugliesi</i>
<i>PTB</i>	<i>Carlos Simões</i>
<i>PFL</i>	<i>Plauto Miró Guimarães</i>
<i>PSDB</i>	<i>Sérgio Spada</i>
<i>PMDB</i>	<i>Nereu Moura</i>
<i>PPB</i>	<i>Tony Garcia</i>
<i>PT</i>	<i>Hermes Fonseca</i>
<i>PDT</i>	<i>Luiz Carlos Zuk</i>
<i>PSL</i>	<i>Luiz Carlos Martins</i>
<i>PL</i>	<i>Pastor Edson Praczyk</i>
<i>PPS</i>	<i>Cezar Silvestri</i>

Representação Partidária

PMDB - 08: Ademir Bier - Antonio Anibelli - Caíto Quintana - Edson Strapasson - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Ricardo Chab - Waldyr Pugliesi; PSDB - 08: Algaci Tulio - Ademar Traiano - Edno Guimarães - Hermas Brandão - Luiz Fernandes da Silva Litro - Nelson Tureck - Ricardo Maia - Sérgio Spada; PFL - 07: Basílio Zanusso - Cleiton Kielse - Divanir Braz Palma - Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Garcia - Nelson Justus (licenciado) - Plauto Miró Guimarães; PTB - 07: Carlos Simões - Custódio da Silva - Hidekazu Takayama - Luiz Accorsi - Luiz Carlos Alborghetti - Tiago Amorim Novaes - Valdir Rossoni; PDT - 06: Augustinho Zucchi - Eli Ghellere - José Maria Ferreira - Luiz Carlos Zuk - Neivo Beraldin - Renato Gaúcho; PPB - 06: Cesar Seleme - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli - Tony Garcia - Miltinho Pupio - Moysés Leônidas; PT - 04: Ângelo Vanhoni - Hermes Fonseca - Irineu Colombo - Luciana Rafagnin; PL - 03: Chico Noroeste - Pastor Edson Praczyk - Serafina Carrilho; PSL - 03: Cartário - Luiz Carlos Martins - Antonio Carlos Belinati; PPS - 02: Cezar Silvestri - Marcos Isfer.

**3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
14ª LEGISLATURA
ATA DA 039ª SESSÃO
EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM
22 DE OUTUBRO DE 2001**

(segunda-feira)

Presidência do senhor deputado Elio Rusch, secretariada pelos senhores deputados Valdir Rossoni e Caíto Quintana.

Às dezesseis horas e trinta minutos é registrada a presença dos seguintes senhores deputados: Mesa Executiva: Hermas Brandão, Elio Rusch, Irineu Colombo, Augustinho Zucchi, Valdir Rossoni, Antonio Anibelli, Cesar Seleme, Edno Guimarães, Nelson Garcia; PPS: Cezar Silvestri, Marcos Isfer; PL: Chico Noroeste, Pastor Edson Praczyk, Serafina Carrilho; PPB: Duílio Genari, Fernando Ribas Carli, Miltinho Pupio, Moysés Leônidas, Tony Garcia; PDT: Eli Ghellere, José Maria Ferreira, Luiz Carlos Zuk, Neivo Beraldin, Renato Gaúcho; PT: Ângelo Vanhoni, Hermes Fonseca, Luciana Rafagnin; PSDB: Ademar Traiano, Algaci Tulio, Luiz Fernandes da Silva Litro, Nelson Tureck, Ricardo Maia, Sérgio Spada; PFL: Basílio Zanusso, Cleiton Kielse, Divanir Braz Palma, Durval Amaral, Plauto Miró Guimarães; PTB: Carlos Simões, Custódio da Silva; Hidekazu Takayama, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Tiago Amorim Novaes; PMDB: Ademir Bier, Caíto Quintana, Edson Strapasson, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Ricardo Chab, Waldyr Pugliesi; PSL: Antonio Carlos Belinati, Geraldo Cartário, Luiz Carlos Martins (54).

Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declara aberta a

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA.

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 3497

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a retirada da Proposição nº 087/2001, item 05 da presente Ordem do Dia, por cinco (05) Sessões.

Sala das Sessões, em 22.10.2001.

(a) IRINEU COLOMBO

REQUERIMENTO Nº 3498

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER, após ouvido o duto Plenário, retirada de discussão e votação dos itens 02, 04 e 05, da presente Sessão Extraordinária.

Sala das Sessões, em 22.10.2001.

(a) DURVAL AMARAL

REQUERIMENTO Nº 3499

Senhor Presidente:

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, a retirada por 10 Sessões do item 03 da Ordem do Dia da Sessão Extraordinária de hoje, Proposição de Emenda à Constituição nº 042/2001.

Sala das Sessões, em 22.10.2001.

(a) ALGACI TULIO

Apoioamento:

Antonio Carlos Belinati.

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA:

com a presença de 54 senhores deputados.

Sobre a mesa requerimento de autoria do senhor deputado Durval Amaral, constante do expediente, solicitando a retirada de discussão e votação dos itens 02, 04 e 05 da presente Sessão Extraordinária. **Aprovado.**

Requerimento de autoria do senhor deputado Irineu Colombo, constante do expediente, solicitando a retirada do item 05, Proposição nº 087/2001, por 05 (cinco) Sessões da presente Sessão Extraordinária. **Aprovado.**

Atenção, senhores deputados.

Convido o deputado Caíto Quintana, que é o presidente-relator da Reforma da Constituição, para que possa proceder à leitura do seu relatório em relação ao item nº 01.

O SR. CAÍTO QUINTANA

(Procede a leitura do relatório do item nº 01).

ITEM 01

1ª DISCUSSÃO - da Proposição nº 039/2001, Proposta de Emenda à Constituição Estadual, de autoria do deputado Hermas Brandão, que altera o artigo 27 da Constituição Estadual, no inciso IX. COM PARECER CONTRÁRIO DA COMISSÃO DE REVISÃO CONSTITUCIONAL.

PROPOSIÇÃO Nº 039/2001 PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO ESTADUAL

Artigo Único - O artigo 27 e seu inciso IX, da Constituição do Estado do Paraná, passarão a vigorar com as seguintes redações:

“Art. 27 - A administração pública direta, indireta ou fundacional, de qualquer dos Poderes do Estado e dos Poderes do Estado e dos Municípios, obedecerá aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e, também, ao seguinte:

I.

IX. A lei estabelecerá os casos de contratação, por tempo determinado, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, não podendo ultrapassar o prazo máximo de 2 (dois) anos.”

Sala das Sessões, em 11.04.2001.

(a) HERMAS BRANDÃO

Apoiamento:

Plauto Miró Guimarães, Luiz Carlos Martins, Duílio Genari, Serafina Carrilho, Augustinho Zucchi, Ricardo Maia, Custódio da Silva, Fernando Ribas Carli, Luiz Carlos Alborghetti, Ademar Traiano, Antonio Carlos Belinati, Basílio Zanusso, Nelson Tureck, Carlos Simões, Cesar Seleme, Luiz Accorsi, Geraldo Cartário, Divanir Braz Palma, Cezar Silvestri, Chico Noroeste, Moysés Leônidas, Ricardo Chab, Nereu Moura e Elio Rusch.

JUSTIFICATIVA:

A presente proposição guarda perfeita compatibilidade com as normas constitucionais e infraconstitucionais regentes da matéria. Teve-se extremo cuidado, neste aspecto, ao montá-la.

A evolução democrática do País exige que órgãos encarregados de fiscalizar o cumprimento de leis, observem-nas com rigor. Se não o fizerem com que autoridade irão cumprir sua missão? Órgãos de controle não podem estar acima do bem e do mal; hão de ter também alguma espécie de controle. Daí a necessidade de que as normas regentes de suas atividades estabeleçam limites à discricionariedade. Caminha-se para se consolidar no País, inclusive, o controle dos atos administrativos do judiciário.

Os Tribunais de Contas fiscalizam Estados e Municípios ??? E quem fiscaliza os Tribunais de Contas? Por imperativo jurídico - basta examinar-se a Constituição do

Estado - é a Assembléia Legislativa! Os artigos 74 e 75 não deixam dúvidas neste sentido, particularmente o parágrafo 4º deste, cuja redação segue:

“§ 4º - O Tribunal de Contas encaminhará à Assembléia Legislativa, trimestral e anualmente, relatório de suas atividades, e desse, todos os parlamentares terão conhecimento”.

Poder-se-ia indagar, a rigor, o Tribunal de Contas vem cumprindo o disposto nesse parágrafo 4º. Ou seja, poder-se-ia indagar e em cumprimento desse mandamento constitucional - vem o Tribunal enviando à Assembléia Legislativa tais relatórios circunstanciados - claros, objetivos e transparentes de suas atividades ???

PROPOSTA DE EMENDA CONSTITUCIONAL Nº PROPOSIÇÃO Nº 39/2001

P A R E C E R :

A presente emenda objetiva dar nova redação ao *caput* do artigo 27 e inciso IX, da Constituição Estadual.

Quanto a alteração proposta para o *caput* do artigo o parecer é favorável, desde que seja introduzido no texto proposto o princípio da eficiência, conforme previsto no artigo 37 da Constituição Federal e o princípio da economicidade, já aprovado por emenda anterior de autoria do nobre deputado Irineu Colombo, objeto da proposição nº 12/99.

Quanto à redação proposta para o inciso IX, o parecer é pelo arquivamento, em razão da existência da Lei Federal de nº 8.745, de 09 de dezembro de 1993, que dispõe especificamente sobre a matéria versada e, conseqüentemente, sua regulamentação é da alçada de legislação federal.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 17.10.2001.

(a) CAÍTO QUINTANA - Relator

Eu diria senhor presidente, que na primeira parte da emenda, o *caput* do artigo, nós aprovamos em dias anteriores uma proposição do deputado Irineu Colombo, que aumentou, inclusive, um princípio da Constituição que é o da economicidade.

E quanto a contratação por tempo temporário, senhores parlamentares podem perceber, que está anexo, inclusive, à Ordem do Dia que está nas mãos dos senhores parlamentares, uma cópia da Lei Federal nº 8745 que já especifica em todas as formas, como é que pode se fazer contratação temporariamente.

O artigo 4º, por exemplo, consta aqui: “As contratações serão feitas por tempo determinado e prorrogável, observados os seguintes prazos máximos, 6 meses no caso dos incisos 1º e 2º, do artigo 2º. Doze meses, no caso do artigo 3º, do artigo 2º, e assim sucessivamente.

Essa questão de contratação por tempo determinado, é de competência federal e já foi regulamentado pela Lei nº 8745, aprovada pelo Congresso Nacional.

Então, o nosso parecer é pelo arquivamento do inciso e pelo acolhimento do *caput* do artigo, desde que considere a economicidade já aprovada na Assembleia Legislativa.

Eu sugeriria, senhor presidente, para que nós pudéssemos definir um critério de votação, para essa emenda, que ela é um tanto confusa, porque um artigo acata e outro não, os deputados que votassem a favor do parecer votariam com o relator. E os que pretendessem votar a favor da Emenda, votariam com a Emenda. Dessa forma, nós poderíamos ter... Sim, vota com o parecer do relator.

Perfeito!

O SR. DURVAL AMARAL (Pela Ordem)

Senhor presidente, apenas para orientar a nossa Bancada, parecer do nobre deputado Caíto Quintana, relator da matéria, parecer contrário à emenda constitucional.

Questiono a V. Exa. e à Mesa: se os senhores deputados querem votar contrariamente à emenda constitucional, deverão votar não?

Ou vão votar com o relator, votando sim?

Esse é o questionamento que faço.

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

Já responderemos a V. Exa.

Atenção, senhores deputados, nós passamos a esclarecer ao Plenário e também a questão de ordem levantada pelo deputado Durval Amaral.

Já que o parecer do relator, deputado Caíto Quintana, acolhe o *caput* do artigo 27, com a inclusão de uma palavra e pede o arquivamento do inciso 9, uma vez que ele já está contemplado, nós vamos proceder a votação da seguinte forma: quem concorda, quem falar sim, está concordando com o parecer do deputado Caíto Quintana, vota não.

Então, sim, estará votando com o parecer do deputado Caíto Quintana, que seja contra acatamento do *caput* do artigo 27 e o arquivamento do inciso 09, desse mesmo artigo, que é o parecer do deputado Caíto Quintana.

O SR. IRINEU COLOMBO

Só uma dúvida à Presidência e ao relator.

Nesse caso o termo “eficiência” estaria acolhido como Emenda?

O SR. CAÍTO QUINTANA

Acolhido, exatamente.

O SR. IRINEU COLOMBO

Ok!

O SR. CAÍTO QUINTANA

Senhores deputados, antes de o presidente fazer a chamada para a votação, para que não haja dúvida, eu gostaria de dizer o seguinte: estamos acolhendo o *caput*

da emenda do deputado Hermas Brandão, desde que seja acrescido, na redação final, a economicidade, que é um princípio que já foi aprovado aqui na Assembleia, na revisão, que é de autoria do deputado Colombo. E ainda o princípio da eficiência, que consta na Constituição Federal e nós não podemos sacar.

Portanto, na Redação Final vai constar esses princípios que o deputado Hermas Brandão está sugerindo, mais a economicidade e a eficiência. E quanto ao parágrafo 9, nós estamos pedindo arquivamento, porque ele não pode disciplinar matéria federal.

Portanto, o critério de votação que nós estávamos discutindo na Mesa: os senhores deputados votarão sim, está votando a favor do que está constado pelo Relator e não a favor da Emenda. Então, votando sim, nós estaremos introduzindo esses princípios novos e arquivando o parágrafo 2, por inconstitucionalidade.

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

Deputado Durval Amaral, foi esclarecida a sua questão de ordem?

O SR. DURVAL AMARAL

Senhor presidente, eu queria enfatizar a V. Exa. se o senhor pudesse dar, novamente a explicação para que não paire dúvidas sobre o voto dos senhores deputados.

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

Esta presidência vai esclarecer como será feita a votação e eu convido logo em seguida, o deputado Caíto Quintana, que é o relator da matéria, para que ele possa ler, novamente, o seu relatório.

O secretário vai fazer a chamada dos senhores deputados. Os deputados que votarem a favor do Relatório do deputado Caíto Quintana, responderão sim; os deputados que não forem favoráveis, votarão não. E, neste momento convido o deputado Caíto Quintana para que faça a leitura do seu parecer em relação ao projeto.

O SR. CAÍTO QUINTANA

Senhor presidente, o deputado Hermas Brandão e outros deputados estão propondo que, no artigo 27 da Constituição do Estado, conste que a administração pública, indireta ou fundacional de qualquer dos Poderes do Estado obedecerá o princípio da legalidade, da impessoalidade, da moralidade e publicidade. E o inciso 9 está dizendo que a lei estabelecerá os casos de contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária excepcional de interesse público, não podendo ultrapassar dois anos.

Esta lei, que consta na Constituição Federal e que foi reproduzida na Constituição Estadual, é lei federal, não é lei estadual. Nós podemos mudar o que determina a lei federal, que os senhores podem acompanhar, está anexo aqui na Ordem do Dia, a Lei Federal nº 8745, de 09 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado. Esta lei federal está dizendo como

pode se contratar e quais os prazos para cada contratação. Então, estamos acatando que o *caput* do artigo 27 conste, conforme proposto pelo autor ou pelos autores, desde que respeite-se um outro princípio que está na Constituição Federal e que nós não podemos tirar, que é o da eficiência e também o de autoria do deputado Irineu Colombo, já aprovado na Proposição nº 12/99, que é o da economicidade.

Então acata-se acrescentando esses dois.

Quanto ao inciso IX, nós estamos sugerindo o arquivamento, porque já existe uma lei federal que determina como que se faz a contratação por tempo determinado.

Por essa razão, aqueles que votarem com o parecer do relator, votarão sim, aqueles que quiserem votar com a emenda, votarão não. Mas, na análise que nós fizemos à emenda, tem no inciso IX um vício de constitucionalidade. Então votando sim, estaríamos acatando a emenda mais o princípio da economicidade e da eficiência que já estão aprovados.

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

Está em votação.

Convido o 1º secretário, deputado Valdir Rossoni, para que faça a chamada dos senhores deputados, e o voto será nominal: SIM ou NÃO.

Acho que ficou bem claro em relação à votação.

O SR. DURVAL AMARAL (Para Encaminhar)

Senhor presidente, só para orientar a nossa Bancada, que dá sustentação política ao Governo nesta Casa, que os deputados deverão votar com o nosso relator, deputado Caíto Quintana, votando SIM.

Esse é o encaminhamento que eu queria dar à Bancada que dá sustentação política ao Governo.

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

Convido o deputado Valdir Rossoni, para que proceda à chamada nominal dos senhores deputados.

O SR. 1º SECRETÁRIO (Valdir Rossoni)

Atenção para a chamada.

Deputado Eli Ghellere - SIM.

Deputado José Maria Ferreira - SIM.

Deputado Luiz Carlos Zuk - SIM.

Deputado Neivo Beraldin - SIM.

Deputado Renato Gaúcho - SIM.

Deputado Ângelo Vanhoni - SIM.

Deputado Hermes Fonseca - SIM.

Deputada Luciana Rafagnin - SIM.

Deputado Ademar Traiano - SIM.

Deputado Algaci Túlio - SIM.

Deputado Luiz Fernandes Litro - ausente.

Deputado Nelson Tureck - SIM.

Deputado Ricardo Maia - SIM.

Deputado Sérgio Spada - SIM.

Deputado Basílio Zanusso - SIM.

Deputado Cleiton Kielse - ausente.

Deputado Divanir Braz Palma - ausente.

Deputado Durval Amaral - SIM.

Deputado Plauto Miró Guimarães - ausente

Deputado Carlos Simões - SIM.

Deputado Custódio da Silva - SIM.

Deputado Hidekazu Takayama - ausente.

Deputado Luiz Accorsi - SIM.

Deputado Luiz Carlos Alborghetti - SIM.

(Continua a votação nominal).

Quarenta e dois deputados votaram SIM.

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

Está aprovado o parecer do deputado Caíto Quintana e será arquivado).

ITEM 03

1ª DISCUSSÃO - da Proposição nº 042/2001, proposta de emenda à Constituição Estadual, de autoria do deputado Algaci Tulio, que altera as redações do parágrafo 2º do artigo 59 e do parágrafo 4º do artigo 71 da Constituição do Estado do Paraná. COM PARECER CONTRÁRIO DA COMISSÃO DE REVISÃO CONSTITUCIONAL.

PROPOSIÇÃO Nº 042/2001 PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO ESTADUAL

Artigo Único - Ficam alteradas as redações do parágrafo 2º do artigo 59 e do parágrafo 4º do artigo 71 da Constituição do Estado do Paraná, conforme segue:

“Art. 59 - ...

§ 2º - Nos casos dos incisos I, II e VI, a perda de mandato será decidida pela Assembléia Legislativa, por voto simbólico ou nominal, e maioria absoluta, mediante provocação da Mesa ou de partido político representado no Assembléia, assegurada ampla defesa.”

“Art. 71 - ...

§ 4º - O veto será apreciado em Sessão única, dentro de trinta dias a contar de seu recebimento, só podendo ser rejeitado pelo voto da maioria absoluta dos deputados, por voto simbólico ou nominal.”

Sala das Sessões, em 07.05.2001.

(a) ALGACI TULIO

Apoiamento:

Ricardo Chab, Eli Ghellere, Neivo Beraldin, Plauto Miró Guimarães, Carlos Simões, Augustinho Zucchi, Renato Gaúcho, Waldyr Pugliesi, Cezar Silvestri, Luiz Accorsi, Marcos Isfer, Luiz Carlos Alborghetti, Edson Strapason, Orlando Pessuti, Luiz Fernandes da Silva Litro.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Convido o deputado Caíto Quintana, relator da Reforma da Constituição, para que proceda à leitura do seu relatório.

O SR. CAÍTO QUINTANA
(Lê):

“PROPOSTA DE EMENDA CONSTITUCIONAL Nº
PROPOSIÇÃO Nº 42/2001

P A R E C E R :

A emenda em apreço, propõe alterar as redações do parágrafo 2º, do artigo 59 e do parágrafo 4º, do artigo 71, da Constituição do Estado do Paraná.

No que se refere à alteração proposta para o parágrafo 2º, do artigo 59, há que ser rejeitado o texto apresentado pelo nobre autor da emenda, uma vez que conflita com o texto constitucional federal, expresso no artigo 55, parágrafo 2º da Magna Carta, que impõe o voto SECRETO para a decisão sobre perda de mandato de parlamentares.

Na parte referente à notificação do parágrafo 4º, do artigo 71, a proposta também fica prejudicada, em face de apresentar flagrante inconstitucionalidade perante as disposições expressas no artigo 66, parágrafo 4º da Constituição Federal, que determina votação secreta para a apreciação de vetos.

As normas impostas ao Congresso nacional, expressas nas disposições da Carta Federal acima declinadas, por questão de simetria, devem ser adotadas pelos Estados Federados.

Nestas condições, o parecer é contrário à aprovação da presente emenda.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 17.10.2001.

(a) CAÍTO QUINTANA - Relator”

Eu diria, senhor presidente, apenas que, como argumentação ao parecer, que o nobre deputado autor da emenda, visando o salutar princípio de acabar com o voto secreto, coloca aqui em dois fatores que a Câmara Federal mantém na Constituição Federal o voto secreto para cassação de mandato de parlamentares ou de governador do Estado ou coisa que o valha, exatamente para garantir ao parlamentar que ele não fique sujeito a retaliações pelo seu voto, e o veto também é mantido secreto na Constituição Federal para permitir que o deputado vote consciente.

Nos demais casos, cito isso porque há uma discussão muito grande, pode se discutir a questão do voto não ser secreto, mas nestes outros casos, seria por um projeto de lei ordinária e não pela Constituição.

Por esta razão que o nosso parecer é contrário ao projeto de emenda constitucional do deputado Algaci Tulio.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Está em discussão. Em votação.

Para encaminhar, deputado Irineu Colombo.

O SR. IRINEU COLOMBO

Nesse projeto quero contradizer ao relator e já fiz uma homenagem ao relator porque já votei favorável a ele, mas nesse projeto quero dizer, senhores deputados, que o nosso partido, o Partido dos Trabalhadores, tem defendido uma tese nacional dentro inclusive da Câmara Federal, junto a Assembleias Legislativas e sobretudo começando com os vereadores aonde o Instituto Florestan Fernandes tem produzido uma discussão que foi publicada em jornais de circulação nacional, como a Folha de São Paulo, onde defendemos o voto aberto, o voto aberto como nas grandes Câmaras Legislativas do mundo afora, a exemplo de Curitiba, exatamente, que já foi aprovado aqui na Câmara Municipal de Curitiba, onde os representantes do povo, que têm poder oriundo do desejo popular, a todo momento e em todas as ações mostre de que lado que está votando para o julgamento *a posteriori* em nova eleição.

Isso significa saúde para a democracia, aqueles que votam abertamente colocando sua opção de voto a juízo da população, só poder fazê-lo de forma aberta, não pode ser feito de forma secreta porque isso não possibilitaria a análise da população, e isso significa, volto a repetir, “saúde da democracia”, além do que, se existe pressão, possibilidade de retaliação, como foi falado em processo de cassação, também devemos prever que existe a pressão popular para que tudo seja esclarecido, tudo seja aberto, tudo seja revelado.

Também, com relação à constitucionalidade, nobre relator, quero dizer que a simetria não é causa de inconstitucionalidade, até porque a obrigação da simetria ainda não é uma situação definida nos nossos estudos, enfim os constitucionalistas aí.

Entendo que nesse caso a Câmara, tendo em vista a autonomia de poder dado aos Estados, a nossa Câmara, a nossa Assembleia Legislativa tem toda autonomia para legislar com relação a esse caso do voto, portanto não vejo inconstitucionalidade, porque simetria é uma orientação, é uma similitude, não existe uma obrigatoriedade de seguir a minha modesta avaliação.

Portanto, quero encaminhar favoravelmente à emenda proposta pelo deputado Algaci Tulio.

Eu tinha uma proposta assemelhada, inclusive não apresentei a esta Casa em respeito ao protocolo anterior do deputado Algaci Tulio.

Tenho neste momento a oportunidade de endossar a sua idéia e parabenizá-lo pela iniciativa. Não tenhamos medo de expor à sociedade os nossos votos, em toda e qualquer circunstância.

Portanto, pelo voto aberto vamos votar com a proposta do deputado Algaci Tulio, a emenda constitucional.

O SR. ALGACI TULIO (Para Encaminhar)

Muito embora respeite o parecer do deputado Caíto Quintana, também vou na mesma linha do deputado Irineu Colombo, até entendo o quê. Se nós tivermos que observar, o que determina a Constituição Federal, a Câmara Municipal de Curitiba, que é o exemplo maior, não teria aprovado o projeto ou emenda semelhante, quando declarou os votos abertos em todos os sentidos, da mesma forma como outras Câmaras Municipais.

De sorte que queria pedir aos companheiros do Plenário, àqueles que possam pensar da mesma maneira, que na votação digam NÃO ao voto do relator da matéria, porque afinal de contas, vou mais além na questão da apreciação de vetos aqui na Assembléia, tem sido muito comum esta Assembléia sujeitar-se, questionar-se, às vezes até se desgastar e aprovar um projeto de lei, depois o Governo vetar e o mesmo parlamentar que apresentou aquele projeto, aonde vários parlamentares em comissões se debruçaram na análise, veio para o Plenário e aprovaram. Depois o próprio parlamentar autor do projeto acaba votando pelo veto ao projeto!

Ou nós temos a coragem e a determinação de tomar decisões abertamente, sem a preocupação dessa ou daquela retaliação, ou nós vamos continuar aqui, de repente, brincando de fazer coisa séria, de votar um projeto. Chega no Plenário vota diferente! De aprovar um projeto de lei e na hora do veto, o próprio autor, então aqueles que em comissões internas da Casa votaram favorável ao projeto, no Plenário votam, contra!

Acho que podemos nos liberar e ter a coragem e determinação de votar conforme a consciência de cada um.

Por isso, encareço aos companheiros do Plenário para que votem NÃO ao parecer do nobre relator, com o meu devido respeito.

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

Em discussão. Em votação.

Só um esclarecimento para o Plenário.

O parecer é contrário à emenda. Como o parecer é contrário, na medida que o 1º secretário, Valdir Rossoni fizer a chamada dos senhores deputados, quem votar SIM, estará votando com a Emenda; que votar NÃO, votará com o relator Caíto Quintana, e automaticamente, contra a Emenda.

NÃO, é contra a emenda e com o Relator.

SIM, estará votando com o deputado Algaci Tulio.

Para encaminhar, deputado Durval Amaral.

O SR. DURVAL AMARAL (Para Encaminhar)

Senhor presidente e senhores deputados, nobre relator, deputado Caíto Quintana. O nosso entendimento é de votar acompanhando o parecer do relator, deputado Caíto Quintana, razão pela qual a bancada que dá sustentação política ao Governo, quando expressar o seu voto deverá fazê-lo votando NÃO.

O nosso voto será então, NÃO.

Muito obrigado, senhor presidente.

O SR. ALGACI TULIO (Pela Ordem)

Então refaço aqui o meu apelo, pedindo aos parlamentares que votem SIM, evidentemente.

O SR. CAÍTO QUINTANA (Para Encaminhar)

Senhor presidente, a Constituição Federal, é explícita, deputado Algaci Tulio, ao dizer que: “No inciso II a perda de mandato será decidida pela Câmara ou pelo Senado, por voto secreto e maioria absoluta”.

Por exemplo, a Assembléia Legislativa não pode, pela pseudo autonomia que tem, dizer por exemplo, que nós não podemos decidir por maioria simples a questão do veto ou da perda do mandato. Nisso nós estamos ligados, sim, umbilicalmente àquilo que a Constituição Federal diz.

Portanto, a nossa proposição não é ideológica. A nossa posição é Constitucional. O voto para a perda de mandato e para veto, pela Constituição Federal tem que ser secreto.

Essa é a razão pela qual nós estamos dando parecer contrário à emenda do deputado Algaci Tulio.

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI (Para Encaminhar)

Essa questão do voto secreto, que tem dado discussão em todo lugar, eu não tenho uma opinião retilínea, em todos os pontos, de acabar com ele.

Há alguns itens que precisam de uma maior discussão para você eliminar o voto secreto e V. Exa. argumenta que há inserção na Constituição Federal. Eu sou favorável à votação aberta.

Agora, por outro lado, para perda de mandato, eu acho que tem que haver uma maior discussão, até pela própria composição do Parlamento.

Fica liberado o Bloco Independente para cada um tomar a sua posição, porque seguramente não tenho convicção. Concordo em termos, com a proposição e não na sua totalidade. Eu acho que é um assunto extremamente complexo.

Não sei se deveríamos hoje votar esta matéria que em Câmaras Municipais ficou vários dias em discussão profunda, debate aberto e audiência pública.

Senhor presidente, a minha sugestão é para que fosse retirado de pauta para que pudéssemos discutir melhor essa matéria. Caso contrário, poderemos discutir algo aqui que podemos mudar.

O SR. NEREU MOURA

Para encaminhar.

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

Antes, deputado Nereu Moura, de V. Exa. fazer seu encaminhamento, o deputado Algaci Tulio comunicou a Presidência...

O SR. ALGACI TULIO

Fiz uma consulta à Mesa.

Como estamos no processo de discussão ainda e diante das argumentações e dos entendimentos diferentes, peço a retirada por dez Sessões para que a gente possa analisar melhor e discutir, dar condições para que todos possam tomar melhor conhecimento desta minha emenda para, depois, na hora em que vier para o plenário, ter uma decisão com coerência, tranquilidade e sem maiores conseqüências.

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

Solicito a V. Exa. que encaminhe à Mesa o requerimento.

Está em votação o requerimento nº 3499 de autoria do senhor deputado Algaci Tulio, com apoio do senhor deputado Antonio Carlos Belinati, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por 10 (dez) Sessões do item 03 da presente Sessão Extraordinária. **Aprovado.**

Fica portanto, adiada a discussão por 10 (dez) Sessões da Proposição nº 042/2001.

ITEM 02

1ª DISCUSSÃO - da Proposição nº 041/2001. Proposta de Emenda à Constituição Estadual de autoria do deputado Durval Amaral e outros, que dá nova redação aos incisos I e V do artigo 75, da Constituição do Estado. **COM PARECER FAVORÁVEL DA COMISSÃO DE REVISÃO CONSTITUCIONAL.**

**PROPOSIÇÃO Nº 041/2001
PROPOSTA DE EMENDA À
CONSTITUIÇÃO ESTADUAL**

Art. 1º - Os incisos V do artigo 75 da Constituição Estadual passam a vigor com a seguinte redação.

“I - apreciar as contas prestadas anualmente pelo governador do Estado e pelos prefeitos, respectivamente nos prazos de 60 (sessenta) e 360 (trezentos e sessenta) dias a contar de seu recebimento, mediante parecer prévio”.

.....
“V - fiscalizar a aplicação de quaisquer recursos repassados pelo Estado e Municípios mediante convênio, acordo, ajuste e outros instrumentos congêneres, no prazo de 360 (trezentos e sessenta) dias contados a partir do recebimento das informações, salvo nas hipóteses de justificados indícios de irregularidades ou de documentação incompleta”.

Sala das Sessões, em 02.03.2001.

(a) DURVAL AMARAL

Apoio:

Luiz Carlos Martins, Miltinho Pupio, Augustinho Zucchi, Chico Noroeste, Tony Garcia, Custódio da Silva, Ricardo Chab, Antonio Baratter, Divanir Braz Palma, Moysés Leônidas, Cezar Silvestri,

Neivo Beraldin, Elio Rusch, Luiz Accorsi, Tiago Amorim, Renato Gaúcho, Ricardo Maia, Antonio Carlos Belinati e Nelson Garcia.

JUSTIFICATIVA:

A função dos Tribunais de Contas tem previsão na Constituição Federal (artigos 70-75) e na Constituição Estadual (artigos 74-77) vinculando-os, na condição de órgãos auxiliares do Legislativo da União (Congresso Nacional) e dos Estados (Assembléias Legislativas).

Enfatize-se que a Constituição Estadual (artigos 74 e 75, *caput*) em perfeita consonância com a Carta Federal - deixa claro que a titularidade da fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial do Estado e da administração direta e indireta do Estado é da Assembléia Legislativa que exercerá tais funções “com o auxílio do Tribunal de Contas do Estado”.

A princípio, poder-se-ia afirmar que o parágrafo 2º do artigo 57 da Lei Complementar 101, de 04 de maio de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal -, fixa peremptoriamente o prazo de 180 dias para a emissão de parecer prévio conclusivo sobre as contas de municípios que não sejam capitais e que tenham menos de duzentos mil habitantes.

Entretanto, tecnicamente, parágrafos de uma lei não de ser interpretados em consonância com o que dispõe o “*caput*”. E o “*caput*” do artigo 57 da LRF prescreve:

“Os Tribunais de Contas emitirão parecer prévio conclusivo sobre contas no prazo de sessenta dias do recebimento, se outro não estiver estabelecido nas constituições estaduais...”

Ora, cristalinamente, integrando o conteúdo do parágrafo 2º do artigo 57, está a condicionante “se outro (prazo) não estiver estabelecido nas constituições estaduais”.

Portanto, não se diga que a presente proposição conflita com o disposto na Lei de Responsabilidade Fiscal.

Não se diga também que o projeto tem a pretensão de dificultar o exame das contas municipais, pois, a “ressalva” é justamente para que o Tribunal de Contas tenha tempo suficiente para aprofundar auditorias em contas em que haja fundamentados indícios de irregularidades ou nos casos em que lhe sejam apresentadas documentações incompletas.

Não se pode dizer também que o projeto, na redação que dá ao inciso V do artigo 75, conflita com o artigo 25 da Lei Complementar 101/2001 (Lei de Responsabilidade Fiscal) pois a ressalva - na parte final do dispositivo proposto - guarda perfeita compatibilidade com o citado dispositivo da LRF, pois é evidente que a inobservância das condições previstas no artigo 25 da LRF corresponde a “indícios de ou a irregularidades...” a que se refere a ressalva do inciso V na redação proposta. Portanto, há perfeita compatibilidade.

Já se tornou comum reclamações de prefeitos quanto ao atraso tanto na fiscalização por parte do Tribu-

nal de Contas do Município quanto na apreciação das contas destes - e conseqüente emissão de certidões liberatórias ou negativas por parte do Tribunal de Contas, o que causa transtornos às administrações municipais, notadamente no que pertine à liberação de transferência de recursos e a contratação de operações de crédito.

**PROPOSTA DE EMENDA CONSTITUCIONAL
PROPOSIÇÃO Nº 41/2001**

P A R E C E R :

A presente emenda constitucional de autoria do nobre deputado Durval Amaral e outros deputados, encontra respaldo constitucional e atende à necessidade de que as contas municipais tenham uma apreciação mais célere, até mesmo para uma vigilância mais eficiente no cumprimento da Lei Complementar Federal nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

Nestas condições o parecer é favorável à sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 17.10.2001.

(a) CAÍTO QUINTANA - Relator

ITEM 04

1ª DISCUSSÃO - da Proposição nº 086/2001, proposta de emenda à Constituição Estadual, de autoria do deputado Irineu Colombo, que modifica o artigo 77 da Constituição Estadual. **COM PARECER CONTRÁRIO DA COMISSÃO DE RECISÃO CONSTITUCIONAL.**

**PROPOSIÇÃO Nº 086/2001
PROPOSTA DE EMENDA
À CONSTITUIÇÃO ESTADUAL**

Emenda Modificativa: modifica o artigo 77 da Constituição Estadual, ficando com a seguinte redação:

Art. 77-.....

§ 1º - Os cargos de conselheiros, auditores e controladores do Tribunal de Contas do Estado, serão preenchidos por concurso público de provas e títulos, realizado pela Assembleia Legislativa, dentre brasileiros que satisfaçam os seguintes requisitos:

I - mais de trinta e cinco e menos de sessenta e cinco anos de idade:

II - idoneidade moral e reputação ilibada;

§ 2º - suprimido.

§ 3º - Os conselheiros do Tribunal de Contas do Estado, terão as mesmas garantias, prerrogativas, impedimentos, vencimentos e vantagens dos desembargadores do Tribunal de Justiça, aplicando-se-lhes, quanto à aposentadoria e pensão, as normas constantes do artigo 35 desta Constituição.

§ 4º - Os auditores do Tribunal de Contas, em número de sete, quando em substituição aos conselhei-

ros, terão as mesmas garantias e impedimentos dos titulares.

§ 5º - Os controladores do Tribunal de Contas do Estado, em número de sete, terão suas atribuições definidas em lei de iniciativa da Assembleia Legislativa do Paraná, com as mesmas garantias, prerrogativas, impedimentos, vencimentos e vantagens dos auditores.

§ 6º - O Tribunal de Contas, quando do encerramento do exercício financeiro, prestará contas da execução orçamentária anual à Assembleia Legislativa.

Sala das Sessões, em 05.03.2001.

(a) IRINEU COLOMBO

JUSTIFICATIVA:

A referida proposta de Emenda de Revisão Constitucional, pretende disciplinar o ingresso aos cargos de conselheiro, auditor e controlador do Tribunal de Contas através de concurso público de provas e títulos.

Tal proposição se justifica pelo fato de que a Constituição Estadual confere ao Tribunal de Contas atribuições de caráter técnico, funcionando como órgão auxiliar da Assembleia no *munus* de fiscalização das contas públicas estaduais.

Desta forma, o preenchimento de tais cargos deve primar pela capacidade técnica, sendo o concurso público de provas e títulos o melhor instrumento para tal seleção.

Ademais, com o advento da Lei de Responsabilidade Fiscal, acentuaram-se ainda mais os critérios técnicos de prestação de contas. Assim, a Assembleia Legislativa, como casa política que é, faz um controle e fiscalização política das contas do Governo Estadual, sendo necessário aprimorar o aspecto técnico de seu órgão auxiliar.

**PROPOSTA DE EMENDA
À CONSTITUIÇÃO ESTADUAL**

P A R E C E R :

A emenda em apreço, de autoria do nobre deputado Irineu Colombo, objetiva dar nova redação ao artigo 77, da Constituição Estadual, que trata do provimento dos cargos de conselheiros, auditores e controladores do Tribunal de Contas do Estado e adota outras providências.

Da forma como está colocada, a proposta reveste-se de flagrante inconstitucionalidade por conflitar com as disposições contidas no artigo 73, parágrafo 2º da Constituição Federal, que estabelece os critérios para o provimento dos cargos de Ministros do Tribunal de Contas da União.

Como os cargos de conselheiros mantêm correspondência com os de ministros da Corte de Contas da União, os critérios para o seu provimento não podem ser diferentes daquela, até por uma questão de simetria com a Lei Maior.

Assim sendo, o parecer é contrário à emenda, opinando pelo seu arquivamento.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 05.03.2001.

(a) CAÍTO QUINTANA - Relator

De conformidade com os requerimentos aprovados, os itens 02 e 04 ficam retirados da Ordem do Dia.

ITEM 05

1ª DISCUSSÃO - da Proposição nº 087/2001, proposta de emenda à Constituição Estadual, de autoria do deputado Ademir Bier, que revoga o parágrafo 3º do artigo 78, da Constituição Estadual. COM PARECER FAVORÁVEL DA COMISSÃO DE REVISÃO CONSTITUCIONAL.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para terça-feira, dia 23, para logo após o término da Sessão Ordinária, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

DISCUSSÃO ÚNICA - Das Proposições nºs 053, 058, 066, 071 e 073/2001.

Levanta-se a Sessão.

Ata de Comissão:

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA - 14ª LEGISLATURA 21ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos nove dias do mês de outubro do ano de dois mil e um, reuniu-se na Sala de Reuniões das Comissões da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, a Comissão de Constituição e Justiça, sob a presidência do senhor deputado Basílio Zanusso e com a presença dos seguintes deputados: Duílio Genari, Algaci Tulio, Marcos Isfer, José Maria Ferreira, Serafina Carrilho, Antonio Carlos Belinati, Plauto Miró Guimarães, Ademar Traiano, Orlando Pessuti e mais os deputados Eli Ghellere, Luciana Rafagnin e Luiz Fernandes Litro. Havendo número legal, o senhor presidente deu por aberta a presente reunião. Passou-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei nº 335/2001, de autoria do Poder Executivo. Parecer CONTRÁRIO à emenda de plenário do deputado Ademar Traiano - APROVADO, com voto contrário do deputado Eli Ghellere e da deputada Luciana Rafagnin; 02) Projeto de Lei nº 499/2001, de autoria do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do deputado Ademar Traiano - APROVADO; 03) Projeto de Lei nº 158/2000, de autoria do deputado Fernando Ribas Carli. Parecer FAVORÁVEL do deputado Plauto Miró Guimarães - APROVADO; 04) Projeto de Lei nº 074/2001, de autoria do deputado Antonio Carlos Belinati. Parecer do deputado Plauto Miró Guimarães, na forma da emenda anexa - APROVADO;

05) Projeto de Lei nº 478/2001, de autoria do Poder Executivo. Concedido VISTAS a deputada Luciana Rafagnin; 06) Projeto de Lei nº 083/99, de autoria do deputado Beto Richa. Parecer FAVORÁVEL do deputado Plauto Miró Guimarães à emenda de plenário - APROVADO, com voto contrário do deputado José Maria Ferreira; 07) Projeto de Lei nº 395/2001, de autoria do deputado Ademir Bier. Parecer FAVORÁVEL do deputado Orlando Pessuti - APROVADO; 08) Projeto de Lei nº 032/99, de autoria do deputado Edno Guimarães. Parecer CONTRÁRIO do deputado Orlando Pessuti - APROVADO; 09) Projeto de Lei nº 033/99, de autoria do deputado Edno Guimarães. Parecer CONTRÁRIO do deputado Orlando Pessuti - APROVADO; 10) Projeto de Lei nº 397/2001, de autoria do deputado Ademir Bier. Parecer FAVORÁVEL do deputado Orlando Pessuti, na forma da emenda anexa - APROVADO; 11) Projeto de Lei nº 454/2001, de autoria do deputado Nelson Tureck. Parecer FAVORÁVEL do deputado Orlando Pessuti - APROVADO; 12) Projeto de Lei nº 433/2001, de autoria do deputado Nereu Moura. Parecer do deputado Antonio Carlos Belinati convertendo a matéria em diligência junto à Secretaria de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior - DEFERIDO; 13) Projeto de Lei nº 439/2001, de autoria do deputado Nereu Moura. Parecer do deputado Antonio Carlos Belinati, convertendo a matéria em DILIGÊNCIA junto à Secretaria de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior - DEFERIDO; 14) Projeto de Lei nº 128/2000, de autoria do deputado Luiz Carlos Alborghetti. Parecer CONTRÁRIO do deputado Antonio Carlos Belinati - APROVADO; 15) Projeto de Lei nº 345/2001, de autoria do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do deputado Antonio Belinati - APROVADO; 16) Projeto de Lei nº 451/2001, de autoria do deputado Sérgio Spada. Parecer CONTRÁRIO do deputado Antonio Belinati - APROVADO; 17) Projeto de Lei nº 420/2001, de autoria do deputado Luiz Accorsi. Parecer FAVORÁVEL do deputado Carlos Simões, lido pela deputada Luciana Rafagnin - APROVADO; 18) Proposição-Veto nº 078/2001, de autoria do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do deputado Carlos Simões ao encaminhamento à plenário, lido pela deputada Serafina Carrilho - APROVADO; 19) Proposição-Veto nº 080/2001, de autoria do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL da deputada Serafina Carrilho ao encaminhamento a plenário - APROVADO; 20) Projeto de Lei nº 328/2001, de autoria do deputado Chico Noroeste. Parecer FAVORÁVEL da deputada Serafina Carrilho - APROVADO; 21) Projeto de Lei nº 423/2001, de autoria do deputado Caíto Quintana. Parecer FAVORÁVEL da deputada Serafina Carrilho - APROVADO; 22) Projeto de Lei nº 429/2001, de autoria do deputado Eli Ghellere. Parecer FAVORÁVEL da deputada Serafina Carrilho, na forma da emenda anexa - APROVADO; 23) Projeto de Lei nº 325/2001, de autoria do deputado Moysés Leônidas. Parecer FAVORÁVEL da deputada Serafina Carrilho - APROVADO; 24) Projeto de Lei nº 370/2001, de autoria do deputado Miltinho Pupio. Parecer FAVORÁVEL

da deputada Serafina Carrilho à emenda de Plenário - APROVADO; 25) Projeto de Lei nº 418/2001, de autoria do deputado Hermas Brandão. Parecer FAVORÁVEL da deputada Serafina Carrilho - APROVADO, com voto contrário dos deputados Plauto Miró Guimarães, José Maria Ferreira e Orlando Pessuti; 26) Projeto de Lei nº 477/2001, de autoria do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do deputado Duílio Genari - APROVADO; 27) Projeto de Lei nº 494/2001, de autoria do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do deputado Duílio Genari - APROVADO; 28) Projeto de Lei nº 220/2001, de autoria do deputado Cleiton Kielse Crisóstomo. Parecer FAVORÁVEL do deputado Duílio Genari - APROVADO; 29) Projeto de Lei nº 336/2001, de autoria do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do deputado Hermes Fonseca, na forma do substitutivo geral, lido pelo deputado Duílio Genari - APROVADO; 30) Projeto de Lei nº 377/2001, de autoria do deputado Hermas Brandão. Parecer FAVORÁVEL do deputado Algaci Tulio - APROVADO; 31) Projeto de Lei nº 022/2000, de autoria do deputado Neivo Beraldin. Concedido VISTAS aos deputados Ademar Traiano, Duílio Genari e Eli Ghellere; 32) Projeto de Lei nº 201/2000, de autoria do deputado Antonio Anibelli. Parecer FAVORÁVEL do deputado Moysés Leônidas, lido pelo deputado Eli Ghellere - APROVADO; 33) Projeto de Lei nº 411/2001, de autoria do deputado Custódio da Silva. Concedido VISTAS ao

deputado Orlando Pessuti; 34) Projeto de Lei nº 328/2001, de autoria do deputado Cesar Seleme. Parecer FAVORÁVEL do deputado Moysés Leônidas, lido pelo deputado Eli Ghellere - APROVADO; 35) Projeto de Lei nº 332/2001, de autoria do deputado Hermas Brandão. Concedido VISTAS aos deputados Orlando Pessuti, Marcos Isfer e Ademar Traiano; 36) Projeto de Lei nº 211/2001, de autoria do deputado Geraldo Cartário. Parecer CONTRÁRIO do deputado Marcos Isfer - APROVADO, com voto contrário dos deputados Antonio Belinati, Orlando Pessuti e Luiz Fernandes Litro. A presente matéria encontra-se anexada ao Projeto de Lei nº 389/2001, de autoria do deputado Nereu Moura, por tratar-se de matéria semelhante; 37) Projeto de Lei nº 098/2000, de autoria do deputado Caíto Quintana. Parecer FAVORÁVEL do deputado Algaci Tulio, na forma do substitutivo geral anexo - APROVADO; 38) Projeto de Lei nº 416/2001, de autoria do deputado Hidekazu Takayama. Parecer FAVORÁVEL do deputado Marcos Isfer - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, e para constar e produzir efeitos legais, lavrei a presente Ata que após lida e aprovada, será assinada pelo senhor presidente, pelos senhores deputados presentes e por mim, Ana Lúcia Andretta, advogada e secretária desta Comissão.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
Ana Lúcia Andretta - Secretária